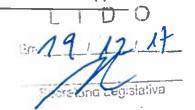


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DEPUTADO WASN' DE ROUPE



RQ 3225 /2017

(Do Deputado Wasny de Roure)



Requer a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 854, de 2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Com fundamento no *caput* e inciso II do art. 175 do Regimento Interno desta Casa, venho requerer a Vossa Excelência que declare a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 854, de 2016, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que *dispõe sobre a prevenção e combate aos criadouros e focos vetores do mosquito Aedes Aegypti, e dá outras providências.*

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 854, de 2016, visa à implementação de medidas com vistas à prevenção e ao combate aos criadouros do mosquito Aedes aegypti.

Entretanto, verificamos que a proposição em comento possui teor semelhante a dois projetos aprovados nesta Casa. São eles o Projeto de Lei nº 430, de 1999, de autoria do Deputado Chico Floresta, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de borracharias e empresas de recauchutagem adotarem medidas para evitar a existência de criadouros do Aedes aegypti e Aedes albopictus e dá outras providências* e o PL nº 119/2011, de autoria do Deputado Washington Mesquita, que *dispõe sobre a prevenção, o controle da transmissão e a atenção básica à saúde nos casos de dengue no Distrito Federal e dá outras providências*. Ambos receberam do Governador do Distrito Federal veto total, o primeiro por inconstitucionalidade e o segundo por "razões de contrariedade ao interesse público"; ambos os vetos mantidos por esta Casa.

Assim, os referidos projetos devem ser declarados prejudicados pelo Presidente da Casa, à luz dos arts. 175, II, e 176, inciso II, do Regimento Interno da CLDF, *in verbis*:

Setor Protocolo Legislativo

Art. 175. Consideram-se prejudicados: RQ Nº 322512017

RQ Nº 3225/2017 Folha Nº 01 Jaula Anna 70255



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DEPUTADO WASNY DE ROURE



II – a discussão ou a votação de qualquer projeto semelhante a outro considerado inconstitucional ou injurídico pelo Plenário;
 Art. 176. O Presidente da Câmara Legislativa, de ofício ou mediante provocação de qualquer Deputado Distrital ou Comissão, declarará prejudicada a matéria pendente de deliberação:
 II – em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação.

Vê-se, portanto, que a matéria se encontra prejudicada. Por essa razão, com base em Nota Técnica da Assessoria Legislativa, cópia anexa, requeremos a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 854, de 2016.

Sala das Sessões, em

2017.

Deputado Wasny de Roure

Relator

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 322512017
Folha Nº O2 Janle





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DEPUTADO WASNY DE ROURE



NOTA TÉCNICA

Assunto: Projeto de Lei nº 854/2016, que dispõe sobre a prevenção e combate aos criadouros e focos vetores do mosquito Aedes Aegypti, e dá outras providências.

<u>Solicitante:</u> Gabinete do Deputado Wasny de Roure

A Assessoria Legislativa recebeu do Gabinete do Deputado Wasny de Roure pedido de elaboração de minuta de parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre o Projeto de Lei nº 854, de 2016, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que dispõe sobre a prevenção e combate aos criadouros e focos vetores do mosquito Aedes Aegypti, e dá outras providências.

O Projeto prevê, em seu art. 1º, que as medidas de prevenção, de combate à transmissão e de atendimento aos casos de dengue obedecerão ao Código Sanitário do Distrito Federal, Lei federal nº 5.027, de 14 de junho de 1966, e à Lei federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura as infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções.

Por meio de pesquisa no sistema Legis, identificamos que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 430/1999, de autoria do Deputado Chico Floresta, e o PL 119/2011, de autoria do Deputado Washington Mesquita, que tratam de matéria semelhante à do Projeto em análise. O primeiro dispõe sobre a obrigatoriedade de borracharias e empresas de recauchutagem adotarem medidas para evitar a existência de criadouros do Aedes aegypti e Aedes albopictus e dá outras providências, o segundo dispõe sobre a prevenção, o controle da transmissão e a atenção básica à saúde nos casos de dengue no Distrito Federal e dá outras providências.

O Deputado Washington Mesquita informou na justificação do PL 1.436/13 que reapresentou o PL 119/11, com algumas alterações, por considerar necessário erradicar os vetores da dengue no DF, em função do agravamento do quadro da doença na região. Trata-se, porém, do mesmo modo que o anterior, da instituição de um programa, objeto que por suas características é inerente à iniciativa do Poder Executivo.

Ocorre que, por meio da Mensagem nº 287/2002 – GAG, de 15 de maio de 2002, o Governador do Distrito Federal comunicou que opôs veto total ao PL nº 430/1999 aprovado por esta Casa. O veto baseou-se na inconstitucionalidade da matéria, conforme o art. 71, § 1º, inciso IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, que estabelece o seguinte:







CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DEPUTADO WASNY DE ROURE

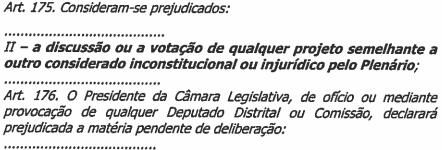


§1º Compete privativamente ao Governador do Distrito Federal a iniciativa das leis que disponham sobre:

IV - (...) atribuições das Secretarias de Estado do Distrito Federal, Órgãos e entidades da administração pública;

Do mesmo modo, por meio da Mensagem nº 221/2011 – GAG, de 30 de agosto de 2011, anexa, o Governador do Distrito Federal deu ciência de seu veto total ao PL nº 119/2011. Nesse caso, o veto teve como base "razões de contrariedade ao interesse público".

Uma vez que a Casa acatou o veto em relação ao primeiro Projeto, em sessão ordinária, realizada em 07/08/02, e também em relação ao segundo, no dia 20/11/12, conforme documentos anexos, o Projeto em análise, que trata de matéria de mesmo teor, encontra-se prejudicado de acordo com o Regimento Interno, art. 175, inciso II, e 176, inciso II, que dispõe o seguinte:



II – em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação. (grifo nosso)

Além disso, vale registrar que desde o surgimento da dengue no Brasil, em meados dos anos 1980, têm sido adotadas, pelo Ministério da Saúde, em conjunto com estados e municípios, medidas para eliminar os criadouros de mosquitos e a transmissão da doença, mesmo que não tenham alcançado resultado positivo até então. O Distrito Federal possui o denominado **Plano de Ação para o enfrentamento às Doenças transmitidas pelo aedes aegypti, 2015-2016**¹, encontrado na página da Secretaria de Estado de Saúde do DF na *internet*, que contém todas as medidas que envolvem: 1. Vigilância; 2. Assistência; 3. Mobilização Social; e 4. Educação e Prevenção. Dessa forma, o projeto também fica prejudicado em função de haver perdido a oportunidade (art. 176, I, do Regimento Interno).

Diante do exposto, dirigimo-nos ao Gabinete solicitante, por meio desta Nota Técnica, para informar da necessidade de solucionar o problema apontado. Nesse sentido, sugerimos que a nobre relatora requeira **a declaração de prejudicialidade** com base no artigo do Regimento Interno acima citado, preservando-se, assim, a regularidade do processo legislativo. A esse respeito, segue anexa minuta de Requerimento nos termos sugeridos.

http://www.saude.df.gov.br/images/Programas/Aedes Aegypti/Plano de Combate ao Aedes Aegypti 1.pdf; pesquisado em 16 de março de 2016.

Setor Protocolo Legislativo RS N° 3325 / 2017

Disponível em:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DEPUTADO WASNY DE ROURE



Feitas essas considerações, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos e para a realização de outros trabalhos legislativos.

MARIA DO SOCORRO MATOS Consultora Legislativa

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 32251 2017
Folha Nº 05 Zaula



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Unidade responsável: Secretaria Legislativa

Assunto: Distribuição do Requerimento nº 3.225/17.

Autoria: Deputado (a) Wasny de Roure (PT)

Ao **SPL** para indexações, em seguida a Secretaria Legislativa, para providências cabíveis:

- a) Juntada a proposição; e
- b) Análise da admissibilidade do Requerimento (Art. 175 do RI).

Em 20/12/17

MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 13.821

Assessor Especial

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 3325 | 2017
Folha Nº 06 | Caular